
O CAMPESINATO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA MODERNA

RESUMO

No presente artigo pretende-se, inicialmente, discutir a complexidade do conceito de campesinato, diante da diversidade que este grupo social assume em sua trajetória histórica, conforme as mudanças que ocorrem nas formações sociais capitalistas em que se encontra inserido. Para tanto, parte-se de uma apresentação e discussão do conceito, tomando-se por base algumas proposições de pensadores clássicos. Em seguida, analisam-se os principais aspectos que caracterizam o campesinato nas sociedades agrárias, bem como as transformações que afetam o seu modo de vida quando de sua transição para a sociedade capitalista, enfatizando-se sua incorporação às estruturas produtivas regidas por processos de acumulação de capital, a partir dos países onde a Revolução Industrial originou-se. O artigo faz parte de um estudo mais amplo, onde se procura discutir o envolvimento do campesinato brasileiro no processo de reforma agrária.

Palavras-chave: Campesinato. Capitalismo. Sociologia rural.

1 O CAMPESINATO COMO UMA CATEGORIA SOCIAL

Uma discussão sobre o campesinato e suas reivindicações de reforma agrária na sociedade brasileira contemporânea carece, inicialmente, da necessidade de situá-lo como um grupo social integrante das sociedades pré-industriais que antecedem o modo de produção capitalista. Isto decerto contribuirá para uma melhor compreensão da diversidade conceitual que caracteriza os estudos sobre sua organização social, além da natureza de sua participação em movimentos que resultaram em expressivas transformações sociais e marcaram a formação das sociedades capitalistas modernas.

De modo geral, a inserção social do campesinato está associada às condições históricas que deram origem às sociedades em que se encontra presen-

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1971) e mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1977). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia, com trabalho de ensino e pesquisa nas seguintes áreas: globalização; reforma agrária; agricultura familiar; sociologia rural; sociologia do conhecimento; modernidade e pós-modernidade. E-mail: <seapeixoto@uol.com.br>.

te, o que implica na constituição das formas diferenciadas de organização de suas atividades produtivas, da natureza dos seus costumes, tradições culturais e dos meios através dos quais se estrutura sua participação política. Isto constitui uma fonte de diferenciação desses cenários históricos, além de se refletir na diversidade de práticas sociais, políticas e produtivas que lhes são atribuídas. Contudo, apesar desta diversidade, também se observa a existência de alguns elementos constantes na existência social do campesinato, a exemplo das modalidades de posse e de uso da terra, da utilização da força de trabalho familiar nas atividades produtivas, dos laços de dependência com outros grupos sociais e de atitudes conservadoras em relação à mudança. Tais fatores possibilitam que se perceba uma unidade na construção de uma concepção do campesinato enquanto um objeto de estudo, capaz de ser objetivamente investigado em relação a uma realidade histórica determinada.

Estas considerações, por sua vez, projetam outras questões, também complexas de um ponto de vista teórico, tais como a qualificação do campesinato como uma classe social ou como um modo de produção subsidiário, como um grupo social homogêneo ou internamente estratificado, ou ainda, como um grupo social caracterizado pela persistente reprodução social em diferentes realidades históricas ou destinado à extinção.

Nota-se, portanto, que um estudo sobre o campesinato qualquer que seja a dimensão que se pretenda analisar em profundidade, não pode prescindir de uma visão articulada dos principais aspectos que configuram sua constituição como um grupo social distinto, em seu desenvolvimento histórico. Daí a necessidade do delineamento dos elementos estruturais de sua formação para a apreensão da complexidade de que se reveste para a elaboração de uma abordagem sociológica.

Assim, as circunstâncias que envolveram a presença dos camponeses tanto nas sociedades pré-industriais quanto nas sociedades industriais foram cruciais para a determinação de sua condição histórica atual. Conforme Shatin (1996), os camponeses compõem um grupo social que sempre se encontra presente em uma sociedade maior. Por conseguinte, não existe uma sociedade camponesa propriamente dita. Porém, isto não os caracteriza apenas como um grupo envolvido com outros grupos ou formas de organização social, mas, também, como reagem a elas. O aprofundamento mais rápido desses laços nas sociedades contemporâneas converteu-se em uma questão central para sua compreensão.

Atualmente, os camponeses continuam a participar de movimentos sociais e políticos, o que leva a crer que continuarão a desempenhar um papel im-

portante nas mudanças sociais na contemporaneidade. Contudo, a importância do espaço que ocupam nas sociedades atuais depende, evidentemente, do nível de desenvolvimento das forças produtivas nelas alcançados, bem como da complexidade crescente das relações sociais e políticas existentes.

Com efeito, o campesinato é definido de forma variada, o que reflete as realidades sociais e culturais em que se encontra inserido. Dentre os critérios comumente encontrados nessas definições sobressaem os de sua cultura e modos de vida; os de sua ocupação econômica, geralmente ligada à exploração da terra; os de suas relações com outros grupos sociais; de sua diferenciação em subgrupos, evidenciando formas internas de desigualdade; da posse e uso da terra; e da utilização de técnicas de produção. As definições assim elaboradas ora combinam estes critérios, ora enfatizam um deles, geralmente buscando dar conta das realidades sociais diversas e complexas em que o campesinato se faz presente.

Mintz (1973), por exemplo, lamenta esta falta de consenso, bem como da ausência de tipologias capazes de detectar o campesinato em toda sua complexidade. Neste sentido, propõe-se a discutir os aspectos de maior relevância para a construção dessas definições, salientando, dentre outros, a importância da discussão sobre sua composição interna, o seu relacionamento com outros setores rurais não camponeses e o uso dos conceitos de cultura tradicional e de pequena comunidade.

Por outro lado, Wolf (1970) assinala, inicialmente, que o mundo camponês é dotado de uma organização social variável, em conformidade com os países em que as populações camponesas encontram-se localizadas. Dentre as suas principais características estão a sua constante reprodução social, em que pese as reiteradas previsões de sua extinção, sua situação de dependência dos grupos detentores do poder e a orientação de suas atividades econômicas para o sustento da família. Segundo Wolf (1970), eles produzem visando assegurar um número mínimo de bens necessários à sua subsistência. Contudo, seu envolvimento com grupos externos obriga-os a produzir excedentes acima do mínimo necessário ao consumo e à renovação dos equipamentos utilizados no processo produtivo, de modo a responder a uma série de comprometimentos gerados pelas relações de poder assimétricas mantidas com esses grupos.

Wolf (1970) ressalta que, além de produzirem os “mínimos calóricos” necessários à sua subsistência, os camponeses constituem “fundos de manutenção”, definidos como gastos necessários à renovação dos equipamentos utilizados tanto para a produção quanto para o consumo. Porém, a formação dos fundos de manutenção não requer, propriamente, a produção de excedentes.

Estes são necessários em função de outros objetivos, como os de estabelecimento de relações sociais e da observância de normas e valores que regulamentam sua vigência. Tais relações, no entanto, não são apenas instrumentais. Implicam em um conjunto de construções simbólicas, que as produzem e justificam, e assumem um aspecto cerimonial traduzido na realização de festas, casamentos, etc., que requerem despesas para sua realização. Tais despesas são providas por uma parte dos excedentes produzidos, constituindo-se no “fundo cerimonial”.

Quando se encontram inseridos em sociedades mais complexas, os camponeses desenvolvem “[...] níveis assimétricos de troca, determinados por condições externas” (WOLF, 1970, p. 23), o que conduz à apropriação dos excedentes por outros agentes econômicos, através de redes de troca. Se estas redes forem limitadas às condições locais, as trocas podem ser referidas à capacidade aquisitiva dos agentes nelas envolvidos. Se são mais abrangentes, podem desenvolver-se de forma desfavorável aos camponeses, dado o caráter assimétrico de suas relações com os grupos externos. Desse modo, para atender a essas e a outras exigências de fora, como os pagamentos pelo uso da terra ou de instrumentos necessários ao seu cultivo, resultante de um “domínio” sobre ela, os camponeses constituem um fundo de aluguel:

Essa produção de um fundo de aluguel é o que distingue, criticamente, o camponês do cultivador primitivo. Essa produção, por outro lado é impulsionada pela existência de uma ordem social que possibilita a formação de um grupo de homens que, através do poder, exigem pagamentos de outros, resultando na transferência da riqueza de uma parcela da população para outra. O que é perda para o camponês é ganho para os detentores do poder, pois o fundo de aluguel levantado pelo camponês é parte do ‘fundo de poder’ através do qual os dominadores se alimentam. (WOLF, 1970, p. 24, grifo do autor)

Wolf (1970) assinala ainda, que o surgimento do campesinato e das relações de poder que mantém com outros grupos tem como marco decisivo o aparecimento do Estado. A existência das cidades tem um papel importante na medida em que o poder dos governantes localize-se nelas, anteriormente, o que nem sempre acontecia. Daí a relevância de sua existência ter sido um fator relativo, até que os núcleos do poder fossem definitivamente transferidos para os centros urbanos, o que reflete um nível de desenvolvimento mais elevado das forças produtivas.

Não é a cidade, mas o Estado que constitui o critério decisivo para o reconhecimento da civilização, sendo o aparecimento do Estado o limiar da transição entre cultivadores de alimentos em geral e camponeses. Portanto, é somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado – isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social – que podemos falar apropriadamente de um campesinato. (WOLF, 1970, p. 26)

Contudo, mesmo nesses contextos, os camponeses deparam-se com a necessidade de compatibilizar a satisfação das necessidades de suas famílias com as exigências impostas pelos grupos dominantes dessas sociedades. Isto lhes impõe uma busca constante de um equilíbrio entre essas situações conflitantes. Para o alcance desse equilíbrio, os camponeses recorrem a duas estratégias, quais sejam a do incremento da produção e a da redução do consumo. Ambas convergem para a finalidade de preservação de sua autonomia, o que decorre, em grande parte, de sua capacidade de controle e cultivo da terra. Estas estratégias não se excluem. Os camponeses podem utilizá-las em períodos diferentes, conforme as determinações do contexto em que se localizam. Para manter o equilíbrio indispensável à sua sobrevivência, vêm-se obrigados a procurar uma adaptação constante às mudanças nas relações sociais que configuram as sociedades em que vivem.

Por sua vez, Shanin (1996, p. 54) propõe que uma definição mais abrangente do campesinato deveria conter quatro dimensões bem articuladas entre si. Neste caso, em primeiro lugar aparece “a roça da família camponesa como a unidade multidimensional básica da organização social”, que constitui o meio através do qual o camponês e sua família obtêm os recursos mais importantes para a subsistência, bem como de sociabilidade e identidade. Em segundo, está “o trato da terra como principal meio de vida”, o que significa que, via de regra, o camponês apresenta um baixo nível de especialização em suas tarefas, mas combina atividades diferentes, cujos resultados são importantes para a definição de sua posição social. Seguem-se os “os padrões culturais específicos ligados ao modo de vida de uma pequena comunidade/vizinhança rural”, que indica que a cultura camponesa é formada no âmbito da comunidade ou da aldeia, de forma interativa direta, influenciando suas relações com os “de fora”. Por fim, assinala “a posição de ‘subalterno’ – o domínio do campesinato por elementos de fora”. Ou seja, a contínua subjugação dos camponeses os fazem reagir mediante o uso das “armas dos fracos” (sabotagem econômica, absenteísmo, boicote) ou através de revoltas, que os fizeram uma das forças revolucionárias mais impor-

tantes do século XX. Shanin ainda ressalta que o campesinato, a exemplo de toda entidade social, deve ser compreendido de forma processual, atentando-se para os aspectos históricos e ecológicos que geram sua diversidade, evitando-se, dessa maneira, analisar seu desenvolvimento por uma via única.

Chayanov (1981) parte da ideia de que a teoria econômica sobre o capitalismo baseia-se em conceitos como os de preço, capital, salário, juro e renda, inadequados à explicação da realidade produtiva do campesinato. Assim, tal teoria não é capaz de compreender a existência e o funcionamento de unidades produtivas que se baseiam na utilização da mão de obra familiar e têm como principal objetivo satisfazer as suas necessidades de consumo. Segundo Chayanov (1981, p. 137):

Aqui só se pode calcular (medir) a quantidade considerando-se a extensão de cada necessidade única: é suficiente, é insuficiente, falta tal ou qual quantidade; é este o cálculo que se faz aqui. Devido à flexibilidade das próprias necessidades, este cálculo não necessita ser muito exato. Portanto não se coloca a questão da lucratividade comparada dos diversos dispêndios: por exemplo, se será mais lucrativo ou vantajoso cultivar cânhamo ou pastagem. Pois estes produtos vegetais não são permutáveis e não podem substituir um ao outro; não se pode aplicar uma norma comum a eles.

Chayanov (apud WOLF, 1970) ressalta que o campesinato desenvolve suas atividades sociais e produtivas de um modo inteiramente distinto daquele existente na produção capitalista, orientando-se por uma lógica estritamente vinculada às suas condições de existência. Assim, a exploração da terra onde trabalha não se encontra sujeita a um cálculo da lucratividade, mas sim a de uma estratégia que assegure a reprodução social do grupo familiar. É isto que faz com que o esforço dispendido em suas atividades não seja medido pelo valor individual da jornada de trabalho, mas pelo retorno que possa proporcionar ao grupo familiar, durante o ano, em termos de sua subsistência.

Após fornecer as primeiras evidências que demonstram as diferenças de uma economia camponesa de uma economia capitalista, Chayanov (1981) salienta que o desempenho das unidades econômicas familiares varia conforme os recursos disponíveis para a organização de suas atividades, a saber a quantidade de terra, sua qualidade, a distância dos mercados e o tamanho do grupo familiar. Em seguida, introduz o conceito de autoexploração, relativo ao uso da força de trabalho familiar na unidade produtiva, considerando que, apesar de penosas, as atividades produtivas não são remuneradas. Neste sentido, o que

regula efetivamente o dispêndio do trabalho é a satisfação das necessidades de consumo do grupo familiar.

Assim, a lógica da organização camponesa reside na tentativa de obter o equilíbrio entre os esforços para produzir e as necessidades de reprodução do grupo familiar. Uma vez obtida a quantidade dos bens necessários à subsistência do grupo, não mais existe a premência do uso do trabalho em condições muito desgastantes. Em uma situação em que se constate uma insuficiência de terra, mesmo tendo alcançado um nível elevado de rendimento por unidade de trabalho, o camponês vê-se obrigado a intensificar a utilização deste recurso, por mais penosas que sejam as condições existentes, a fim de obter o necessário para sua subsistência. Porém, pode ocorrer, ainda, outra situação em que o número de membros da família aptos para as atividades agrícolas seja menor do que o necessário à exploração da terra disponível, o que obriga o camponês a agir de forma idêntica. Nota-se, portanto, que os elementos mais importantes para a exploração das unidades produtivas camponesas são os recursos naturais disponíveis, sua localização em relação aos mercados, o tamanho do grupo familiar e a capacidade de trabalho dos seus membros. Conforme Chayanov (1981, p. 141):

Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e por conseguinte a prosperidade da economia familiar, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja com menor auto exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua exploração econômica.

De acordo com as condições existentes para o cultivo da terra, a realização de suas atividades podem implicar, portanto, na redução do consumo ou na intensificação do trabalho dos membros do grupo. Desse modo, quando a terra for abundante, os resultados dos esforços produtivos tenderão a ser satisfatórios. Contudo, quando sua disponibilidade for limitada, o trabalho será intensificado, de modo a permitir a utilização do excedente da força de trabalho. A terra alugada ou adquirida por preços acima do que seria considerado lucrativo em uma atividade típica de uma economia capitalista, segue igualmente a mesma lógica, qual seja a de evitar a impossibilidade do uso do excedente de trabalho.

Observa-se, pois, que além de enfatizar os aspectos internos da estrutura de produção das unidades familiares camponesas, Chayanov chamou atenção para o modo como elas se reproduziam socialmente, a partir de uma lógica diferente da economia capitalista. Diante das peculiaridades da economia familiar e de sua coexistência com outros sistemas, ele entendia ser muito difícil a elaboração de uma teoria econômica universal. Assim, propunha a construção de uma teoria econômica específica para cada tipo de organização produtiva existente.

Em face das diferentes realidades vivenciadas pelos camponeses ao longo da história, surgem, portanto, variadas maneiras de explicar sua constituição social e participação nos processos de mudança social. Tais concepções abrangem desde as conceituações pejorativas até aquelas que os consideram como um grupo social de grande importância para o desenvolvimento das formações sociais em que se encontram presentes. Shanin (1996) lembra que no mundo pré-industrial a atitude predominante em relação aos camponeses era a de hostilidade e silêncio. Em diversos idiomas europeus, a palavra camponês incluía significados depreciativos, como os de rústico, ladrão, bandido e saqueador.

No século XIX, Marx comparou o campesinato a um “saco de batatas”, ao referir-se aos problemas decorrentes de sua organização social que dificultavam a formação de uma consciência política que pudesse mobilizá-los contra a exploração a qual eram submetidos. O campesinato era visto por ele como uma classe tendente a desaparecer, reacionária e voltada para as tradições, embora, em alguns momentos fosse portadora de ações revolucionárias. (MARX, 1968)

Marx nunca analisa continuamente o papel do campesinato. Sua atenção está voltada para o estudo do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, neste contexto, para a formação do operariado como classe social. Este se constituía no ator privilegiado das mudanças históricas esperadas, na medida em se constituía a classe social com maior visibilidade política sobre a necessidade de transformação da sociedade burguesa. No entanto, o campesinato jamais aparece ocasionalmente em suas análises, mas somente quando suas ações ou aquelas que lhes são dirigidas assumem uma importância decisiva para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim, ao analisar o papel do campesinato, Marx está sempre lidando com realidades históricas específicas, a exemplo do que o faz no *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, quando analisa sua participação nas lutas políticas na França, ou no *O capital*, quando se refere ao processo de expropriação de suas terras na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, e analisa as determinações da renda fundiária.

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx define as principais características do campesinato francês, destacando os seguintes aspectos:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homologas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm de ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo de aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o poder o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade. (MARX, 1968, p.132-133)

De modo geral, o campesinato é considerado um empecilho ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, um obstáculo ao progresso, um resquício do passado, uma classe destinada a desaparecer em razão do desenvolvimento do capitalismo. No entanto, Marx também considera a possibilidade do

campesinato constituir-se em uma força revolucionária capaz de ser mobilizada em momentos de crise. Isto, aliás, foi o que ocorreu na Rússia, em 1917, quando os bolcheviques tomaram o poder apoiados pelos camponeses.

Os estudos sobre os camponeses que se seguem aos trabalhos de Marx irão se somar a uma ampla gama de investigações constituída por diversas abordagens, orientadas por interesses políticos e ideológicos. Dentre os pensadores que dão continuidade ao seu pensamento, os estudos sobre o campesinato têm sua elaboração condicionada tanto por realidades sociais específicas, quanto pelos objetivos atribuídos a sua transformação.

Kautsky (1972), baseado nas transformações em desenvolvimento na agricultura alemã no final do século XIX, prevê a extinção do campesinato, associando-a a sua incapacidade de concorrer com a grande propriedade. Assinala que os camponeses regulam sua própria reprodução biológica e social de acordo com as condições que afetam suas atividades produtivas. Quando dispõem de melhores condições para a exploração de suas terras, geram um maior número de filhos. Quando se encontram privados de tais condições, regulam sua procriação.

Contudo, se existe uma oferta de oportunidades de trabalho fora das unidades agrícolas, esta situação muda radicalmente. A população cresce rapidamente, pois, a oportunidade de trabalho aparece como uma possibilidade de independência para o camponês que, de modo idêntico ao de um trabalhador assalariado, emerge como o detentor de sua própria força de trabalho. Em consequência, o rápido crescimento da população irá, por sua vez, requerer um aumento do número das explorações. A fragmentação das propriedades assim resultante pode atingir as grandes explorações. De acordo com Kautsky (1972, p. 10, v. 2):

O elevado preço do solo das pequenas propriedades é, naturalmente, um poderoso motivo de fragmentação das grandes, onde quer que a situação seja favorável ao crescimento da população e à exploração das pequenas indústrias acessórias para além da própria exploração da terra. A subdivisão das propriedades e a fragmentação das terras podem tomar então proporções consideráveis.

Para o camponês que faz uso da terra como um meio de sua reprodução social, o que mais interessa é se o preço obtido pela venda de seu produto paga o seu trabalho. Operando enquanto um produtor simples de mercadorias, ele “[...] pode renunciar ao lucro e à renda fundiária”. (KAUTSKY, 1972, p. 8) No entanto, ao pagar um preço excessivo pela terra, seus encargos se elevam enormemente,

o que significa a intensificação do processo de exploração ao qual está indiretamente submetido. A lógica que orienta este comportamento não é, portanto, a da ampliação dos recursos investidos, mas a de obtenção de sua reprodução social através do que é auferido com o trabalho despendido na unidade familiar. O custo da pretendida autonomia passa a ser muito alto. Assim, as consequências que acarretam para os camponeses contribuem para acelerar o seu processo de proletarização:

Quanto mais pequenas são as propriedades, maior é o desejo de um trabalho acessório; quanto mais este trabalho passa para um primeiro plano, mais as propriedades podem diminuir e menos são elas capazes de fazer face às necessidades da família. Tanto mais que, nessas propriedades minúsculas a exploração é cada vez menos racional. A insuficiência de animais de tiro e de instrumentos não permite uma cultura racional, sobretudo uma lavra profunda. A escolha das plantas a cultivar é determinada pelas necessidades do lar e não pela preocupação de conservar a fertilidade do solo. A falta de gado e de dinheiro tem como consequência a falta de estrume e de adubo artificial. A tudo isto junta-se ainda a falta de braços; quanto mais o trabalho pago passa para primeiro plano e o trabalho doméstico se torna acessório, mais esse trabalho pago absorve o tempo da família e, por vezes, precisamente nos momentos em que seria necessário entregar-se inteiramente à exploração da propriedade (por exemplo, na altura da ceifa). Cada vez mais se deixa esta função para a mulher, para as crianças e, às vezes, mesmo para os avós inválidos. É preciso que o pai e os filhos já crescidos ‘ganhem’. A cultura dessas explorações minúsculas – que não são mais que acessórios da casa – assemelha-se ao lar do proletário, onde os resultados mais miseráveis são obtidos à custa do maior desperdício do trabalho e do mais completo esgotamento da mulher. (KAUTSKY, 1972, p. 10-11, v. 2)

Desse modo, os camponeses passam a depender de forma crescente dos rendimentos do trabalho acessório para o pagamento de impostos, o consumo de bens industrializados e até mesmo para a aquisição de produtos alimentares anteriormente obtidos em suas explorações. Em sua maioria, evidenciam que transitaram da condição de vendedores de alimentos para a de vendedores de força de trabalho e compradores dos alimentos de que necessitavam. Em outras palavras, as pequenas propriedades tornam-se fornecedoras de trabalho assalariado às grandes explorações, das quais começam também a comprar alimentos. Apesar da relação que mantêm com a propriedade, os pequenos camponeses encontram-se em condições semelhantes às dos operários industriais, constituindo-se alvo da exploração dos empresários capitalistas.

Lênin (1982), com base em observações relacionadas com as mudanças na sociedade russa a partir da segunda metade do século XIX, também postula a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo no campo conduzirá ao desaparecimento do campesinato, mediante um processo de diferenciação social em seu interior que resultará em sua proletarização.

Com efeito, uma análise sistemática da economia e da organização social do campesinato tornava-se de extrema importância para o pensamento marxista, no final do século XIX, em face das transformações provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa. No entanto, esta tarefa mostrava-se necessariamente diferenciada conforme a realidade de cada país. Na Alemanha, Kautsky (1972) procurava demonstrar que a expansão do capitalismo nas áreas rurais levaria ao fim do campesinato, devido à sua incapacidade de competir com as grandes explorações agrícolas. Na Rússia, contudo, o que Lênin (1982) colocava em questão era como a transformação do campesinato poderia acelerar ou retardar o próprio desenvolvimento do capitalismo. Enquanto na Alemanha as relações de produção capitalistas disseminavam-se no campo, na Rússia ainda persistiam as relações servis, abolidas oficialmente em 1861. (PAULO NETTO, 1982) Entretanto, em ambos os países evidenciava-se uma questão em comum, qual seja a de como o conhecimento das condições sociais de existência dos camponeses poderia contribuir para promover alianças políticas consistentes entre este grupo e o proletariado urbano. É neste contexto que irão tomar corpo duas vertentes do pensamento social russo, tendo de um lado os populistas e do outro, os marxistas.

Os populistas entendiam que sendo a Rússia um país predominantemente agrário, existia a possibilidade de sua transição para o socialismo sem passar necessariamente pelo capitalismo. Desde que a principal forma de organização social era a comunidade camponesa, tornava-se necessária sua emancipação das relações servis para que esta transição ocorresse. Para tanto, fazia-se necessário promover a conscientização dos camponeses e mobilizá-los para combater a autocracia e os latifundiários, cujas terras deveriam ser tomadas e redistribuídas. As instituições sociais baseadas na comunidade careciam de ser preservadas. O capitalismo é que deveria ser evitado. Os camponeses também eram considerados como um grupo social homogêneo e o principal sujeito do processo revolucionário.

De acordo com os populistas, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia seria extremamente difícil, em razão da falta de um mercado interno. O fato de o processo produtivo apoiar-se, em grande parte, em atividades agrícolas realizadas por camponeses e de estarem voltadas praticamente para sua sub-

sistência, limitaria intensamente a aquisição de produtos industrializados. Por outro lado, a alternativa de produzir e de exportar estes produtos também estaria comprometida em face do domínio dos mercados mais importantes por parte dos países mais industrializados. Desse modo, a implantação do capitalismo industrial na Rússia dependeria do deslocamento de uma grande quantidade de recursos gerados por uma economia de base agrícola, o que prejudicaria os camponeses, mesmo que sem nenhuma possibilidade de acesso aos mercados externos.

É em resposta a estas premissas do pensamento populista que Lênin irá elaborar a sua teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e do envolvimento do campesinato neste processo. Lênin caracterizava o pensamento populista como uma construção teórica reacionária, na medida em que considerava o capitalismo na Rússia como uma regressão, capaz de destruir os “pilares” da comunidade aldeã. Por outro lado, os populistas compreendiam estas comunidades como o aspecto mais importante da economia russa, ignorando o desenvolvimento da produção capitalista, das diferenças entre as classes e os conflitos inerentes a tal situação. Por fim, não se davam conta das determinações sociais que influenciavam seu próprio pensamento (Paulo Netto, 1982).

Assim, de acordo com a necessidade de compreender a formação do capitalismo na Rússia e, com base nessa compreensão, orientar a organização e as alianças dos camponeses com o proletariado, o que passava pela crítica do pensamento populista, Lênin elaborou um dos estudos mais importantes e controversos do marxismo, no qual trata da questão do campesinato. Neste trabalho, intitulado *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, a análise efetuada por Lênin sobre o campesinato está diretamente relacionada com o estudo da formação do capitalismo russo. Assim, procura dar conta das contradições que se estabelecem entre as necessidades de acumulação de capital no conjunto da sociedade e a persistência das relações de produção servis na agricultura, bem como das consequências desse processo para a reordenação do sistema de classes. Lênin considera que a possível extinção do campesinato dependerá da necessidade do capital de transformá-lo em força de trabalho livre, indispensável à geração de mais-valia. Desse modo, a massa camponesa proletarizada, longe de constituir uma ameaça à formação de um mercado de consumo interno de bens industrializados, representaria uma das condições essenciais para sua realização.

Tomando por base as mudanças no campesinato russo no final do século XIX, Lênin entendia que ocorreria uma tendência a uma diferenciação interna em sua composição, que resultaria na formação de uma classe minoritária de-

tentora dos meios de produção, e de outra constituída por um grande número de produtores destituídos desses meios, cuja única opção seria a venda de sua força de trabalho para assegurar sua sobrevivência. Com base nessas observações, Lênin delineou duas vias para o desenvolvimento do capitalismo a serem seguidas pelo campesinato: a prussiana e a democrática. Na via prussiana, o processo de desenvolvimento seria conduzido pelos grandes proprietários, que transformariam suas explorações em empresas capitalistas, mantendo os meios de controle da força de trabalho preexistentes, o que implicaria em uma passagem mais lenta para o capitalismo. Por outro lado, a via democrática decorreria de um processo revolucionário liderado pelos camponeses, que destruiria as antigas relações de servidão, o que promoveria a aceleração do processo de diferenciação interna do campesinato, tendo em vista o rápido desenvolvimento das forças produtivas na direção do capitalismo.

A contribuição de Lênin é de grande importância, na medida em que assinala a relevância da luta de classes na transformação dos modos de produção pré-capitalistas. No entanto, o modelo por ele elaborado é de generalização limitada, desde quando os casos da Inglaterra e da França são bem diferenciados do que foi previsto em sua concepção. (DORE, 1988)

Por sua vez, a contribuição de MAO-TSÉ-TUNG para a discussão sobre o campesinato não pode ser dissociada da realidade chinesa na primeira metade do século XX. No início deste século, a China encontrava-se em um estado de desagregação política muito acentuado. Era governada por um império em decadência e tinha partes do seu território ocupadas por vários países imperialistas, que extraíam recursos naturais valiosos e controlavam amplas parcelas do seu comércio com exterior. A maioria de sua população estava localizada nas áreas rurais, vivendo em condições de pobreza muito grande, fruto da exploração a que era submetida pelos proprietários de terra e por caudilhos militares.

As insatisfações decorrentes dessa situação resultaram na derrubada do Império e na instalação de um regime republicano, em 1912, empenhado na realização de uma revolução democrático-burguesa, tendo como principais objetivos a recuperação econômica do país, a expulsão dos países imperialistas e a formação de um sistema político democrático. O Partido Comunista Chinês - PCC participava da coalizção de forças que apoiavam este regime, buscando ampliar os espaços políticos para a luta dos operários industriais, a quem se creditava o papel de liderança revolucionária na construção do socialismo. Desse modo, integrava-se ao *Kuomintang*, partido de sustentação do novo regime, que reunia interesses bastante heterogêneos, o que dificultava uma aliança mais duradoura entre as forças políticas que o compunham.

Com efeito, as tensões que abrigavam tal projeto eram de tal monta que os comunistas, após serem quase que totalmente massacrados pelas facções dominantes e reacionárias do *Kuomintang*, em 1927, o abandonaram e assumiram uma condução própria do processo de transformação revolucionária da China. MAO-TSÉ-TUNG tornou-se uma figura central nessas divergências, em virtude da concepção que tinha do campesinato e do seu potencial revolucionário. No entanto, isto somente se concretizou após um período de luta interna muito intensa dentro do PCC, tendo em vista a visão fortemente arraigada de suas principais lideranças políticas sobre o papel de vanguarda do proletariado na consecução do movimento revolucionário rumo ao socialismo.

MAO-TSÉ-TUNG defendia que os camponeses eram os principais aliados dos operários, e que as ações revolucionárias deveriam se concentrar nas áreas rurais. Esta posição, apesar de contrariar concepções clássicas do marxismo sobre o campesinato, com o tempo mostrou-se inteiramente correta, o que lhe acarretou prestígio e poder dentro do PCC e, mais tarde, uma liderança quase que absoluta. De fato, tal posição era coerente com a realidade chinesa, na qual o operariado representava uma parcela bem diminuta da população de trabalhadores e se concentrava em poucas cidades. Segundo suas próprias palavras:

O proletariado industrial moderno compreende aproximadamente dois milhões de pessoas. O atraso econômico da China explica a razão de essa cifra ser assim tão reduzida. Estes dois milhões de operários industriais estão empregados principalmente em cinco setores: estradas de ferro, minas, transporte marítimo, indústria têxtil e estaleiros. Grande parte deles acha-se sob o jugo do capital estrangeiro. Apesar de numericamente fraco, o proletariado representa as novas forças produtivas da China; é a classe mais progressista da China moderna e se converteu na força dirigente do movimento revolucionário. (MAO-TSÉ-TUNG, 1926, p.131)

O campesinato, por sua vez, representava a maioria da população chinesa e vivia sob um sistema de exploração e de opressão exercido pelos proprietários de terra e grupos militares. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 449):

O explosivo social que alimentou a revolução comunista foi a extraordinária pobreza e opressão do povo chinês, inicialmente das massas trabalhadoras nas grandes cidades costeiras do centro e do sul da China, que formavam enclaves sob controle imperialista estrangeiro e, às vezes, da própria indústria moderna – Xangai, Cantão e Hong Kong –, e, depois, do campesinato, que formava 90% da vasta população do país. Sua con-

dição era muito pior até mesmo que a da população urbana chinesa, cujo consumo, per capita, era qualquer coisa tipo duas vezes maior. A simples pobreza da China já é difícil de imaginar para leitores ocidentais. Assim, na época da tomada comunista (dados de 1952), o chinês médio vivia essencialmente com meio quilo de arroz ou grãos por dia, e consumia pouco menos de 0,08 quilo de chá *por ano*. Adquiria um novo par de calçados a cada cinco anos, mais ou menos (China Statistics, 1989, tabelas 3.1, 15.2, e 15.5).

A transformação da sociedade chinesa, portanto, dificilmente se concretizaria diante desse perfil da distribuição espacial e de classes de sua população, bem como das condições sociais a que a maioria era submetida, se o lócus da revolução não fosse transferido para as áreas rurais. Por outro lado, MAO-TSÉ-TUNG operou uma adaptação do marxismo às condições da realidade chinesa, atribuindo um papel central ao campesinato e, sobretudo, acreditando firmemente em seu potencial revolucionário. Neste sentido, conferia grande importância à sua organização e mobilização, bem como à sua educação política. O campesinato era visto como uma classe social que comportava uma variada estratificação interna, que expressava, de modo geral, o vínculo dos membros de cada estrato com os meios de produção e o seu nível de consciência política.

Desse modo, MAO-TSÉ-TUNG (1926), afirmava que as classes sociais existentes na sociedade chinesa eram a classe latifundiária e a burguesia compradora, a burguesia média, a pequena burguesia, o semiproletariado e o proletariado. Assinalava, ainda, a existência de um numeroso lumpemproletariado. De acordo com esta classificação, os camponeses proprietários ou camponeses médios estavam localizados na pequena burguesia ao lado dos artesãos proprietários de oficinas, camadas inferiores da intelectualidade e pequenos comerciantes. Juntamente com os artesãos, proprietários dedicavam-se à produção em pequena escala. Por sua vez, os camponeses semiproprietários e os camponeses pobres estavam incluídos no semiproletariado, ao lado dos pequenos artesãos, empregados assalariados do comércio e os vendedores ambulantes. Por suas condições econômicas, os camponeses semiproprietários e os camponeses pobres eram, ainda, divididos em estratos superiores, médios e inferiores.

Essa tipologia elaborada por Mao, apesar de considerada simplista, afastava-se de um esquema bipolar das classes, prevalecente no marxismo, refletindo a pluralidade de agrupamentos e de camadas sociais existentes na sociedade chinesa, permitindo considerar com maior flexibilidade política a composição das forças sociais revolucionárias e contrarrevolucionárias, contribuindo para a fundamentação das estratégias e táticas a serem utilizadas no processo de luta contra o feudalismo e o imperialismo. (SADER, 1982) Embora postulando con-

ceitos e elaborando análises que estavam distantes das formulações clássicas do marxismo, foi com base nestas construções teóricas que MAO-TSÉ-TUNG liderou uma das mais amplas transformações sociais do século XX.

Por fim, vale salientar que baseado nas determinações sociais decorrentes da estrutura de classes tal como ele as pensava, Mao elaborou uma classificação das formas de dominação social existentes e de suas implicações para o desenvolvimento da consciência revolucionária na China. Assim, afirmava que:

Na China, os homens vivem, em geral, submetidos a três sistemas de autoridade: 1) o sistema estatal (a autoridade política), estruturado em órgãos de poder a nível nacional, provincial, distrital e de *xiang* [unidade administrativa básica, situada abaixo do distrito]; o sistema de clã (a autoridade de clã), que compreende desde os templos ancestrais do clã e da linhagem até os chefes de família; 3) o sistema sobrenatural (a autoridade religiosa), constituída em seu conjunto pelas forças subterrâneas (o rei dos infernos, o deus protetor da cidade e as divindades locais) e pelas forças celestiais (deuses e divindades, desde o Imperador dos Céus até os mais diversos espíritos). As mulheres, além de estarem submetidas a estes três sistemas de autoridade, estão ainda dominadas pelos homens (a autoridade dos maridos). Estas quatro formas de autoridade – política, de clã, religiosa e marital – encarnam a ideologia e o sistema patriarcal-feudal e representam quatro fortes cordas que mantêm amarrado o povo chinês, especialmente o campesinato. (MAO-TSÉ-TUNG, 1927, p. 54)

Tais afirmações evidenciam que as principais formas de dominação social também refletiam a ampla diversidade de situações existentes na China pré-revolucionária, que determinavam as fortes contradições presentes nesta fase do seu desenvolvimento histórico. Dentre elas, destacavam-se as intervenções imperialistas, o controle institucional exercido pelos proprietários rurais e grupos armados remanescentes do Império, manifestado em todos os níveis da sociedade chinesa, além das estruturas de dominação tradicional existente ao nível dos clãs e da religião, que perpetuavam hábitos e atitudes de submissão milenares. Por outro lado, nota-se que a China passava por um processo de transição interna em que se entrecruzavam o declínio do modo de produção feudal e a ascensão do modo de produção capitalista, no qual se observava o surgimento de uma burguesia nacional que despontava como uma classe potencialmente habilitada para conduzir a liquidação das estruturas feudais e a formação de um Estado democrático. Por fim, pode-se assinalar, ainda a percepção de MAO-TSÉ-TUNG da dimensão de exploração e dominação de gênero, quando ressalta a necessidade das mulheres de lutar contra a forte tradição de dominação patriarcal na sociedade chinesa.

Como pode ser observado, as formulações de pensadores clássicos marxistas que analisaram a existência do campesinato estão associadas a processos de transformação sociais, como os que antecedem a constituição da sociedade capitalista, os que se desenvolvem a partir de sua consolidação e os que marcam sua transição para o socialismo. De acordo com Abramovay, (1992, p. 48-49):

Não só na obra teórica de Marx não é possível encontrar um *conceito* de camponês, como categoria social do capitalismo, mas também será vã – e provavelmente desembocará numa atitude pouco fértil para o conhecimento – a tentativa de buscar esse aparato conceitual na obra dos grandes clássicos marxistas que trataram do tema. Qualquer tentativa de absolutizar as formas como Lênin, Kautsky ou Engels trataram a questão camponesa, isto é, de imprimir a seus resultados o estatuto de categorias objetivas da realidade social, não leva em conta que, no marxismo, dada a função que a questão da produção familiar preenche nas lutas políticas de cada época, o camponês não pode ser senão uma categoria socialmente construída.

Essa observação não se aplica a todas as categorias do pensamento marxista: é legítima sob o ângulo da lógica d'O *Capital*, a atribuição à classe operária, à classe capitalista e à classe dos proprietários fundiários o estatuto de categorias objetivas da vida social. Neste sentido, é que não é possível encontrar um *conceito* de camponês no pensamento marxista, embora o campesinato esteja presente e seja permanentemente elaborado na prática política de partidos de orientação marxista. Isto significa que as indicações teóricas dos clássicos marxistas voltados à questão camponesa serão tanto mais bem entendidas quanto mais situadas nos contextos históricos e intelectuais dos quais derivam e que lhes dão significado.

De modo geral, observa-se que, embora as diferentes conceituações apresentadas salientem aspectos distintos de sua organização social, o campesinato constitui um grupo social localizado na base das sociedades das quais faz parte, exercendo funções essenciais para a reprodução social dessas sociedades, quais sejam as de produção de alimentos e as de pagamento em trabalho de obrigações que lhe são atribuídas, sendo fortemente explorado, de diversas maneiras, pelos grupos dominantes. Nos momentos em que a exploração a que são submetidos se acirram, os camponeses tornam-se protagonistas ou participantes de rebeliões e revoluções decisivas para a ocorrência de mudanças nas sociedades agrárias e em sua transição para as sociedades capitalistas, isoladamente ou em aliança com outros grupos.

Desse modo, as análises sobre o campesinato ressaltam, a partir de perspectivas acadêmicas e políticas distintas, aspectos básicos sobre sua orga-

nização social, tais como sua posição no processo produtivo, suas estratégias de reprodução social, o caráter de suas relações com outros grupos e os padrões socioculturais comunitários que definem um modo de vida diferente, baseado na tradição. Certamente, sua extensa trajetória ao longo de diferentes modos de produção e de formações sociais na história, associada à extrema diversidade que tal condição acarreta, impõe dificuldades para uma definição unitária do campesinato.

Com efeito, nota-se que no interior do pensamento marxista como fora dele, os estudos sobre o campesinato estão relacionados ao papel potencialmente conservador ou revolucionário que ele tem desempenhado, às condições em que se processa sua integração nas sociedades capitalistas e sua participação na construção do socialismo. Tais estudos também se situam em relação a um propósito de conhecimento da realidade agrária ou de intervenções nela realizadas com o objetivo de transformá-las. Neste caso, a preocupação prevaiente é a de compreender de que maneira os camponeses permanecem na sociedade capitalista, como estruturam suas atividades produtivas de modo a atender as demandas que lhes são impostas, como funcionam aspectos de sua cultura, qual é a natureza política de suas reivindicações mais importantes, sua participação em movimentos sociais, etc. De modo geral, são estudos técnicos e de cunho acadêmico que ora apresentam uma perspectiva favorável aos interesses dos camponeses, ora defendem e definem meios de proporcionar o seu ajustamento aos interesses dominantes, sobretudo aqueles representados por intervenções realizadas pelo Estado. Do conjunto desses trabalhos é que emergem os estudos clássicos que dão suporte às reflexões atuais sobre o campesinato.

Por sua vez, uma visão contemporânea do campesinato exige, ainda, a requalificação dessas temáticas a partir das mudanças geradas pela mundialização do capital, podendo-se identificar situações que aceleram os processos de expropriação e violência que conduzam à sua extinção, ou que favoreçam sua reprodução social. Dois requisitos apresentam-se para a realização dessa tarefa: primeiro, o de abandonar-se o enquadramento dos principais aspectos da questão agrária a partir da análise da realidade nos limites do Estado nacional, em face das determinações postas pela mundialização do capital; segundo, o de reconhecer-se a intensa interpenetração dos espaços rurais e urbanos como lócus de sociabilidade, de realização do processo produtivo e das relações entre as classes sociais.

2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CAMPESINATO

Assim, para melhor compreender-se as atuais reivindicações de realização de mudanças nas estruturas de posse e uso da terra, torna-se necessário efetuar algumas considerações sobre a emergência de realidades históricas que estão relacionadas com o aparecimento do campesinato enquanto um grupo social específico, localizado em um meio social distinto, no qual desenvolve suas atividades sociais e produtivas, no âmbito de sociedades que apresentam níveis de desenvolvimento histórico diferenciados. Isto contribuirá, ainda, para a compreensão de outros aspectos relevantes do seu modo de vida, bem como das condições sociais e políticas em que ocorre o seu desenvolvimento histórico.

Neste sentido, seguindo-se a tipologia de sociedades proposta por Queiroz (1969), verifica-se que as sociedades humanas percorrem, de modo geral, uma linha evolutiva que passa pelas sociedades tribais, evoluem para as sociedades agrárias e se transformam, posteriormente, em sociedades urbanas. Segundo esta autora, as sociedades tribais se distinguiriam por serem pouco desenvolvidas socialmente e se concentrarem na produção de alimentos, configurando, por conseguinte, uma organização social em que o atendimento das necessidades de sobrevivência se colocava em primeiro plano.

Justamente quando a geração de novos conhecimentos e técnicas de exploração dos recursos naturais permite que se produza uma quantidade de alimentos acima das estritas necessidades de reprodução dos grupos sociais existentes é que se inicia o processo de diferenciação e transformação das sociedades tribais em sociedades agrárias. De fato, é a produção de excedentes que possibilita a formação de pequenos núcleos populacionais formados por pessoas que não vivem mais do trabalho da terra. A apropriação dos excedentes produzidos permitem-lhes desenvolver atividades comerciais, funções administrativas e religiosas que lhes conferem uma aparente superioridade sobre os grupos que se dedicam às atividades agrícolas. Os pequenos núcleos formados por pessoas que se diferenciam dos grupos ocupados com a exploração da terra constituem o que se passará a denominar de agrupamentos urbanos. Os que permanecem trabalhando na terra, por sua vez, serão identificados como grupos rurais.

É importante assinalar que, de modo geral, os grupos urbanos guardavam relativa dependência dos habitantes do campo, na medida em que as possibilidades do seu crescimento encontravam-se determinadas pela disponibilidade de excedentes agrícolas, principalmente de alimentos, que viabilizassem o aumento de sua população. Em que pese desenvolverem atividades sociais e produtivas em níveis de conhecimento mais avançados e especializados do que

aqueles existentes no campo, a exemplo do artesanato e do comércio, ou mesmo das funções administrativas e religiosas, os núcleos urbanos encontravam na reduzida produção de alimentos e de matérias-primas os limites para o seu desenvolvimento, o que se devia, por sua vez, às tecnologias rudimentares utilizadas na exploração das atividades agrícolas.

Com efeito, quando se considera a forma como a agricultura se encontrava organizada no modo de produção feudal na Europa, observa-se que a terra era dividida em três folhas (faixas), visando a permitir uma exploração alternada e rotativa dos cultivos considerados necessários. Em cada uma dessas folhas, as famílias camponesas dispunham de uma quantidade igual de terra para o seu cultivo individual. Os camponeses plantavam as mesmas lavouras, em determinados períodos do ano. O calendário agrícola baseava-se nas possibilidades e limitações inerentes às estações do ano. Estas eram as terras compartilhadas. Fora delas, existiam as que eram utilizadas em comum, que compreendiam as pastagens, as florestas e as terras em pousio, destinadas, respectivamente, à alimentação dos animais, à caça e extração de lenha e à recuperação dos solos. Deve-se mencionar, ainda, a existência de uma atividade manufatureira doméstica, através da qual os camponeses produziam as roupas, móveis e utensílios que necessitavam. Este sistema distinguia-se por sua autossuficiência, produzindo todos os bens necessários à organização social camponesa. Devido a sua própria estrutura, resultava em um arranjo do processo produtivo fortemente conservador, legitimado por uma divisão rígida das terras disponíveis para a agricultura, o que impossibilitava a realização de experimentações agrícolas e impedia a introdução de inovações tecnológicas. O desenvolvimento da indústria e do comércio promoveria, gradativamente, a sua destruição.

Adotando uma linha de argumentação semelhante, Bernstein (2011) assinala que as sociedades de subsistência são aquelas que se reproduzem mantendo um nível constante de consumo, o que não significa a existência de carências acentuadas. Eram formadas por grupos de caçadores e coletores ou por grupos que praticavam uma agricultura itinerante e um pastoreio nômade. As sociedades agrárias de classes surgem com a descoberta da agricultura sedentária e da domesticação dos animais, o que permite a produção de bens que excedem as necessidades dos grupos. A expansão das forças produtivas possibilita o aumento da população e de sua densidade, bem como do aparecimento das cidades e a constituição das primeiras formas de Estado. Baseando-se em Wolf (1970), Bernstein (2011) menciona que a reprodução dessas sociedades passa a depender, portanto, da preservação de uma parte do excedente gerado para a formação dos fundos de consumo, de substituição e cerimonial, necessários à

constituição e renovação de suas atividades sociais e produtivas. A apropriação das terras, por sua vez, irá determinar o aparecimento de classes que passam a cobrar pelo seu uso através da cobrança de impostos, gêneros e trabalho gratuito, o que se transforma em um mecanismo de transferência do excedente gerado. Isto se dá sob a forma de um fundo de arrendamento, que obriga os camponeses a produzir um excedente superior àquele necessário aos fundos de consumo, de substituição e cerimonial, sob pena de passar por privações juntamente com o seu grupo familiar. O esforço produtivo despendido pelos produtores diretos, quer sejam escravos, camponeses ou artesãos, convergem para a sustentação dos grupos dominantes, formados por nobres, religiosos e militares, que se convertem em um grupo de não produtores dentro da sociedade. (BERNSTEIN, 2011, p. 26-27)

Por conseguinte, observa-se que as sociedades agrárias, quer estejam organizadas sob a forma de escravidão ou de estamentos, consolidam as bases de um processo social de exploração que irá desenvolver-se de forma mais completa e dinâmica na sociedade capitalista. Nas sociedades agrárias, a exploração do trabalho não se encontra vinculada a um processo de poupança de uma parte do excedente extraído dos produtores diretos, que, posteriormente, pudesse vir a ser reinvestido no processo produtivo. Pelo contrário, o excedente obtido, além da sustentação de um modo de vida faustoso dos grupos dominantes, era utilizado para a construção de grandes monumentos, de catedrais e para o financiamento de atividades artísticas que, dentre outras funções, constituíam representações ideológicas do seu poder político. A propriedade da terra e os mecanismos de extração dos excedentes nela produzidos mediante processos de controle do trabalho eram, portanto, os fundamentos mais importantes de sua dominação política. (BERNSTEIN, 2011, p. 28)

Com efeito, a sociedade capitalista é a primeira em que a exploração do trabalho está relacionada com as necessidades de expansão da produção em grande escala com a finalidade de lucro. A forma clássica de apropriação do excedente de trabalho nas sociedades capitalistas é a da extração da mais-valia. Neste caso, a apropriação dos excedentes gerados nas atividades produtivas destina-se, originalmente, a um processo de poupança com o objetivo de reinvesti-los na produção. Esta utilização do excedente implica na necessidade da reprodução ampliada do capital no âmbito do processo produtivo. Por conseguinte, a sociedade capitalista extrapola o ciclo de produção, consumo e reprodução ao incluir a acumulação de capital como um dos aspectos mais importantes do seu desenvolvimento. Desse modo, a acumulação e a exploração do trabalho tornam-se os seus principais fundamentos. No que tange aos camponeses, de acordo com Bernstein (2011, p. 9):

Com o desenvolvimento do capitalismo, muda o caráter da agricultura em pequena escala. Primeiro os 'camponeses' se tornam pequenos produtores de mercadorias que têm de gerar a subsistência com a integração às divisões sociais mais amplas do trabalho e do mercado. Essa 'mercantilização da subsistência' é uma dinâmica central do desenvolvimento do capitalismo. [...] Em segundo lugar, os pequenos produtores de mercadorias estão sujeitos à diferenciação de classe. [...] Afirmando que, em consequência da formação de classes, não há uma 'classe' de 'camponeses' nem 'lavradores familiares', mas sim classes diferenciadas de lavradores capitalistas em pequena escala, pequenos produtores com sucesso relativo e mão de obra assalariada.

Ao abordar a maneira como essas transformações marcaram a passagem das sociedades feudais europeias para o capitalismo e como elas afetaram o campesinato, Kautsky (1972) assinala que o crescimento das cidades e das indústrias nelas existentes gerou a necessidade de uma maior circulação de dinheiro, tanto para o consumo de bens industrializados, quanto para o atendimento das demandas por alimentos e matérias-primas. Por sua vez, a comercialização desses produtos passou a realizar-se no âmbito do mercado, sendo mediada pelo uso do dinheiro. Isto atingiu duplamente os camponeses. De um lado, aumentava a sua exploração pelos nobres que também precisavam de mais dinheiro para manter o seu modo de vida. De outro, eram obrigados ao pagamento de impostos ao Estado absolutista que começava a se fortalecer. Assim, a autossuficiência das aldeias foi afetada, pois a conversão dos produtos agrícolas em mercadorias que deveriam ser comercializadas no mercado criava a exigência de sua livre circulação, o que se chocava com as proibições de trocas fora dos limites da aldeia, estabelecidas pelo direito consuetudinário. (KAUTSKY, 1972, v. 1) A crescente diversificação dos produtos demandados também ia de encontro ao sistema da cultura de três rotações, através do qual obrigava-se o cultivo dos mesmos produtos, na mesma época, além de impedir o uso de inovações que possivelmente contribuiriam para a elevação da produtividade. A lógica da produção camponesa, voltada para a autossuficiência, chocava-se com a lógica da reprodução do capital, evidenciada nos mecanismos de funcionamento do mercado que passavam a predominar.

Ao lado dessas transformações de ordem estrutural, os camponeses eram proibidos de caçar, extrair lenha, estabelecer roças nas florestas e até mesmo de matar os animais que destruíam suas plantações. Os campos que constituíam propriedade comum foram apropriados pelos nobres e as terras dos camponeses também se tornaram alvos de expropriação. O limite de expulsão dos camponeses nas grandes propriedades rurais inglesas que começavam a

explorar suas atividades em bases comerciais foi estabelecido pela necessidade de manter a utilização do trabalho ainda regulado em bases feudais, sobretudo pela utilização da corveia. Tais limitações afetavam as condições de existência do campesinato bem antes do aumento de população, o que iria requerer o incremento da produção agrícola para o seu abastecimento. (KAUTSKY, 1972, v. 1)

A sequência de mudanças decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista acarretava crescentes tensões entre os camponeses e os proprietários de terra que modernizavam a exploração dos seus domínios. Cabe mencionar, como exemplo, os conflitos relativos às sobras de pastagens. Estas eram de grande importância para os camponeses para a obtenção de estrume. A divisão dos campos comuns limitava sua produção de estrume, pois os obrigavam a reduzir o número de animais que podiam possuir. Os camponeses que dispunham de melhores condições contestavam a disponibilidade das terras em comum para esta finalidade, arguindo a lucratividade do seu uso alternativo. Eles já haviam se separado das comunidades territoriais, adaptando o seu modo de produzir às necessidades do mercado. O que estava por trás desses conflitos era a superação do sistema da cultura de três rotações, em face dos avanços do modo de produção de mercadorias e da formação de uma agricultura moderna. Este processo tinha como requisito central a dissolução das formas de propriedade tradicionais e constituição da propriedade privada em sua plenitude. (KAUTSKY, 1972, v. 1)

Assim é que, por um longo período da história da humanidade, a maior parte dos contingentes populacionais encontrava-se concentrada no campo, vivendo em condições precárias. Além dos fatores mencionados, a grande vulnerabilidade à fome, ocasionada por calamidades naturais, e a rápida expansão de doenças e pestes, devida à inexistência de condições adequadas de saneamento e de hábitos de higiene saudáveis, provocavam elevadas taxas de mortalidade que se mantinham próximas às de natalidade, gerando, dessa maneira, índices bastante reduzidos de crescimento populacional. (SAWYER, 1980) Por outro lado, o desenvolvimento limitado dos meios de transportes também se constituía em um obstáculo de grande importância para o desenvolvimento das sociedades agrárias.

Vale salientar que no momento histórico em que os espaços sociais se diferenciam em urbano e rural, este é identificado como o ambiente da produção de bens diretamente extraídos da natureza, mediante a exploração da terra e da criação de animais, bem como da extração de recursos naturais, o que constitui a principal base material de sustentação dos grupos sociais existentes. É nas sociedades agrárias e nos espaços rurais que os camponeses aparecem enquanto

grupos sociais diretamente ocupados com a produção agrícola, na maioria das vezes subordinados a outros grupos. Segundo Shanin (1996), em uma primeira aproximação os camponeses podem ser definidos como:

[...] pequenos produtores agrícolas que, com a ajuda de equipamentos simples e o trabalho de suas famílias, produzem na maior parte para o seu próprio consumo, direto ou indireto, e para o cumprimento de obrigações com os detentores do poder público. (SHANIN, 1996, p. 54)

Assim, nas sociedades pré-industriais do Ocidente, os camponeses encontravam-se vinculados à terra por um sistema de obrigações e de lealdades. Para o seu uso, estavam sujeitos ao pagamento de tributos, realização de trabalhos gratuitos nas terras dos senhores feudais e participação em seus exércitos, o que caracterizava sua condição de servo, objeto de intensa exploração e coerção social.

Apesar das grandes limitações enfrentadas pelas sociedades agrárias para o seu desenvolvimento, a aglomeração de pessoas em núcleos urbanos, associada aos avanços da divisão social do trabalho, gerava novas necessidades. Por sua vez, as possibilidades de atendimento dessas necessidades estavam relacionadas com a realização de investimentos orientados para a produção de conhecimentos que favorecessem e viabilizassem os interesses dos grupos sociais que ocupavam as posições dominantes nesses núcleos. A disponibilidade de novos conhecimentos, originados no contexto do desenvolvimento científico e tecnológico, favoreceria, posteriormente, os grupos que comandavam o desenvolvimento das forças produtivas, a partir de uma perspectiva da reprodução ampliada do capital.

Ao abordar estas transformações, Kautsky (1972) salientou o aparecimento de um conjunto de inovações que foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo agrário na Europa e nos Estados Unidos. Ao fazê-lo, articula tais inovações com os interesses de classe envolvidos, com as exigências decorrentes da urbanização e com os avanços do conhecimento científico, o que confere o real significado da profundidade dessas mudanças para a reconfiguração do campesinato na sociedade capitalista moderna. A transição da produção camponesa para a agricultura capitalista moderna ocorre sob os influxos do modo de produção de mercadorias, que desencadeia uma série de mudanças necessárias à sua constituição. A crescente dominância do capital sobre os demais modos de produção que o precede implica na tendência a subordinar todos os ramos da produção à sua lógica reprodutiva. Neste sentido, o autor acentua, seguida-

mente, a superioridade que essas tecnologias conferem ao processo produtivo realizado nas grandes propriedades, devido à divisão do trabalho e à exploração racional da agricultura que elas possibilitavam. Ao analisar as condições sociais e tecnológicas que formaram a base da agricultura moderna, também mostrou as diferenças entre a Inglaterra, a França e a Alemanha, enfatizando a grande superioridade tecnológica da primeira sobre as demais. Ressaltou o papel desempenhado pelos avanços do conhecimento científico no desenvolvimento da agricultura, principalmente em relação aos resultados obtidos na mecânica, na biologia, na química e na ótica. Em relação a esta última ciência, destacou o uso do microscópio para o estudo do solo. (KAUTSKY, 1972, v. 1) Também demonstrou como a aplicação dos resultados da ciência contribuiu para a divisão do trabalho, o surgimento do assalariamento e a formação de um excedente de força de trabalho no campo.

Dentre as inovações mencionadas, destacou o aparecimento de novas máquinas, tais como o arado movido a vapor, a debulhadora e a ceifadeira. No que tange às melhorias das plantas, ressaltou as novas espécies de forrageiras, que produziam mais em uma área menor, o que permitia a liberação da terra não utilizada para a exploração de outros cultivos. Quanto aos rebanhos, observou que a melhoria genética das raças existentes proporcionou o aumento do número dos animais e a especialização das criações para fins específicos, como a força de tração, o transporte, a produção de carne, de leite e de lã. Como resultado dos estudos sobre o solo, descobriu-se que a produção de fertilizantes químicos poderia impedir o seu esgotamento, facultando, assim, o cultivo contínuo de diferentes espécies vegetais, mesmo com o plantio de produtos exigentes em nutrientes. O uso do microscópio também possibilitou o conhecimento da composição dos diferentes tipos de solo, bem como da maneira de utilizá-los racionalmente sem exauri-los. Tais descobertas provocaram inúmeras consequências em relação à agricultura, promovendo a elevação da produtividade dos cultivos, a produção em larga escala, a redução da força de trabalho ocupada nas tarefas agrícolas e uma crescente dependência da agricultura do mercado. Enquanto a cultura das três rotações estava organizada visando ao atendimento das necessidades dos camponeses e dos senhores feudais, a agricultura moderna procurava dar conta das demandas do mercado, passando assim, a depender cada vez mais de sua dinâmica. (KAUTSKY, 1972, v. 1)

O capital penetrava crescentemente na estrutura produtiva do campo, subordinando-a e moldando-a de acordo com os seus interesses. As relações de produção preexistentes tornavam-se incompatíveis com o desenvolvimento capitalista do campo e eram, gradativamente, eliminadas. Expropriados de suas terras e apartados de seus instrumentos de trabalho, os camponeses não

encontravam nenhuma ocupação e eram obrigados a migrar para as cidades. Convertiam-se, neste caso, em uma força de trabalho livre cuja única opção era a de oferecê-la em troca de um salário que possibilitasse sua reprodução social, embora na Inglaterra, mesmo nas grandes propriedades capitalistas, existissem situações em que a força de trabalho que permanecia no campo era explorada conforme as relações de trabalho feudais de modo a aumentar ainda mais os rendimentos obtidos com sua vinculação às atividades agrícolas.

Assim, um dos efeitos mais importantes das transformações das condições tecnológicas para a organização das atividades produtivas foi a geração de uma grande quantidade de trabalhadores excedentes nas atividades agrícolas, desde que o uso das inovações científicas implicou em uma considerável elevação da produção e da produtividade das tarefas desenvolvidas no campo. O que antes muitos homens faziam para manter poucas pessoas nas cidades, agora era possível de ser realizado por um contingente bem menor de trabalhadores, cuja produtividade permitia o abastecimento de um número bem maior de pessoas em áreas urbanas.

Desse modo, na Inglaterra, grande parte dos camponeses que permaneceram no campo transformava-se gradativamente em agricultores, caracterizando-se como agentes econômicos especializados em determinados produtos que utilizavam os recursos obtidos com a sua venda para adquirir os bens necessários à sua subsistência. Isto porque ao orientar com maior intensidade suas atividades produtivas para o mercado, deixavam de produzir os bens necessários a sua própria subsistência (móveis, roupas, bebidas, etc.), passando a adquiri-los sob a forma de produtos industrializados.

Ao analisar o processo de proletarização dos camponeses em países europeus, notadamente na Alemanha e na Bélgica, Kautsky (1972) lembra que a ruína das indústrias domésticas no campo gerava um tempo livre que podia ser transformado na venda de sua força de trabalho em outras atividades. Esta indústria produzia para as necessidades dos pequenos camponeses. Na falta dela era preciso suprir estas necessidades de outra maneira. Por outro lado, a própria natureza do trabalho agrícola nas unidades familiares implicava na exigência de uma maior intensidade de uso de mão de obra apenas em determinadas etapas do ciclo vegetativo das culturas e dos cuidados com as criações. No entanto, ao ocupar-se de um trabalho acessório, o camponês tendia a dedicar menos atenção a sua unidade e limitar-se a obter o indispensável à sua subsistência com a sua exploração. Desde que tais unidades não produziam para o mercado, a diminuição de sua importância para a exploração dos cultivos e criações conduzia-nos a vender as parcelas de terra não utilizadas. Isto iria provocar,

de modo geral, a tendência a um processo de fragmentação das propriedades, ao contrário do que acontecia com as grandes explorações onde o dinamismo das atividades produtivas concorria para sua concentração.

Por outro lado, a grande massa de camponeses expulsos das terras em que trabalhavam e sem outras possibilidades de encontrar outro trabalho no campo, não dispunha de alternativa, senão a de migrar para as cidades, onde o desenvolvimento das atividades industriais poderia lhes proporcionar uma ocupação produtiva. Não é por outra razão que, pela primeira vez na história da humanidade, presenciou-se uma monumental transferência de pessoas do campo para as cidades, que a esta altura já tinham assegurado as condições de abastecimento de alimentos e matérias-primas, em face das transformações que ocorreram na estrutura produtiva das áreas rurais.

De fato, os grandes contingentes populacionais que se deslocaram do campo para as cidades encontraram nas manufaturas e nas fábricas as oportunidades de trabalho esperadas, à custa de um padrão brutal de exploração de sua força de trabalho, conduzida mediante a implantação de relações de assalariamento. A terra que até esse período era considerada a base das instituições sociais, transformou-se em uma mercadoria passível de processos impessoais de compra e de venda que não mais inspiravam os valores de honra e de lealdade, tão caros aos grupos dominantes nas sociedades agrárias. Por sua vez, a tecnologia e o sistema fabril converteram-se em vetores de profundas transformações da ordem social, revolucionando as relações do homem com a natureza e proporcionando possibilidades de expansão, até então impensáveis, das atividades produtivas. Referindo-se a essas mudanças, Hobsbawm (1977) afirma que:

A grande camada de gelo dos sistemas agrários tradicionais e das relações sociais do campo em todo o mundo cobria o solo do crescimento econômico. Ela tinha que ser derretida a qualquer custo, de maneira que o solo pudesse ser arado pelas forças da empresa privada em busca de lucro. Isto implicava três tipos de mudanças. Em primeiro lugar, a terra tinha que ser transformada em uma mercadoria, possuída por proprietários privados e livremente negociável por eles. Em segundo lugar, ela tinha que passar a ser propriedade de uma classe de homens desejosos de desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, i. e., pelos seus próprios interesses e pelo lucro, estes dois objetivos esclarecidos. Em terceiro lugar, a grande massa da população rural tinha de ser transformada de alguma forma, pelos menos em parte, em trabalhadores assalariados, com liberdade de movimento, para o crescente setor não agrícola da economia. (HOBSBAWM, 1977, p. 167-168)

Com efeito, este é o momento em que se configuram os elementos essenciais da transição das sociedades agrárias para as sociedades urbanas. Os antigos e pequenos núcleos que constituíram seu embrião fortaleceram-se e impuseram sua hegemonia sobre o campo, sobretudo a partir de uma base produtiva própria, a indústria. O pano de fundo dessa nova fase do desenvolvimento histórico é, portanto, o da formação do capitalismo industrial, que iria determinar os aspectos básicos do desenvolvimento das áreas rurais e das atividades que nela se desenvolveriam, moldando a natureza das relações sociais de produção. A consolidação da sociedade urbana e industrial, originada no modo de produção capitalista, traz consigo, portanto, novas significações para as áreas rurais e para o campesinato, dentre elas a de um setor da sociedade subordinado e dependente da dinâmica das cidades, tendo como funções mais importantes a produção de alimentos e de matérias-primas para a indústria.

Contudo, é necessário salientar que esse processo não seguiu um padrão homogêneo para todos os países e regiões, embora tenha como traço fundamental uma intensa diferenciação entre o campo e a cidade. Dentre os países da Europa Ocidental impulsionados pela Revolução Industrial, observa-se situações variadas, desde a predominância da grande propriedade na Inglaterra até o fortalecimento dos pequenos estabelecimentos agrícolas na França. Isto levou Kautsky (1972) a considerar que o fato das pequenas explorações agrícolas não desaparecerem rapidamente com o desenvolvimento capitalista, constituía-se no cerne da questão agrária, ou seja, implicava na discussão sobre o que fazer, em termos políticos, diante da constatação de que as grandes explorações econômicas não se expandiam nem proletarizavam de forma acelerada os trabalhadores rurais. A sobrevivência do campesinato na sociedade capitalista moderna e a possibilidade de sua aliança política com o operariado urbano eram, portanto, a principal colocação que se impunha ao movimento revolucionário alemão e, por extensão, ao europeu, no final do século XIX.

Além disso, evidenciava-se que o desenvolvimento da indústria e a modernização da agricultura nos países capitalistas europeus e nos Estados Unidos lhes proporcionaram uma supremacia considerável sobre outros países e regiões do resto do mundo, criando uma nova configuração internacional de poder, que implicava no fortalecimento e ampliação de desigualdades sociais preexistentes muito acentuadas. Nesse contexto, tal diferença de poder condicionou trajetórias de desenvolvimento desiguais, extremamente desfavoráveis aos países localizados na periferia desses centros de poder, cujas populações eram em grande parte formadas por camponeses e concentradas em áreas rurais.

Esta situação repercutiria intensamente no decorrer do século XX, quando movimentos sociais e revoluções que mais uma vez modificariam o quadro de poder existente, contariam com uma intensa participação do camponato. Conforme é assinalado por Shanin (1996), a partir de 1950, a emergência dos processos de descolonização de países situados na periferia das sociedades capitalistas mais avançadas colocava as populações camponesas no centro de preocupações com questões relacionadas com a fome e o desenvolvimento econômico. Isto irá estimular a realização de estudos que focalizarão diversas temáticas sobre sua condição social, a exemplo de sua cultura, atividades produtivas, relação com o meio ambiente, lutas políticas e articulação com outros grupos sociais.

Desse modo, a variedade de situações presentes no desenvolvimento histórico do camponato, bem como das diversas abordagens utilizadas para reconstruí-las, ressaltam a importância de se considerar as diferentes formas de sua participação nas trajetórias de formação das sociedades modernas, de suas principais reivindicações e lutas políticas no decorrer desses processos.

THE PEASANTRY IN THE FORMATION OF MODERN CAPITALIST SOCIETY

Abstract

In this article we intend to initially discuss the complexity of the concept of peasantry, given the diversity that this social group takes in its historical path, as the changes that occur in capitalist social formations in which it is inserted. To do so, we start from a presentation and discussion of the concept, taking as a base some propositions of classical thinkers. Then it analyzes the main aspects that characterize the peasantry in agrarian societies, as well the changes affecting their way of life when their transition to capitalist society, emphasizing its incorporation into productive structures governed by processes of accumulation capital from the countries where the Industrial Revolution is originated. This article is part of a larger study, which seeks to discuss the involvement of the Brazilian peasantry in the agrarian reform process.

Keywords: Peasantry. Capitalism. Rural sociology.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS, 1992.

BERNSTEIN, H. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo: UNESP, 2011.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-163.

- DORE, E. Campesinato. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 42-44.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, E. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972. 2 vol.
- LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MAO TSE-TUNG Informe sobre a pesquisa feita no movimento camponês de Hunan (março de 1927). In: SADER, E. (Org.). *Mao-Tse-Tung*. São Paulo: Ática, 1982. p. 37-57.
- MAO TSE-TUNG Análise das classes da sociedade chinesa (março de 1926). In: SADER, E. (Org.). *Mao-Tse-Tung*. São Paulo: Ática, 1982. p. 126-133.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Escriba, 1968.
- MINTZ, S. A note on the definition of peasantries. *Journal of Peasant Studies*, v. 1, n. 1, p. 91-106, 1973.
- PAULO NETTO, J. Introdução. In: LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- QUEIROZ, M. I. P. Introdução: porque uma sociologia dos grupos rurais? In: QUEIROZ, M. I. P. (Org.). *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- SADER, E. (Org.). *Mao-Tse-tung*. São Paulo: Ática, 1982.
- SAWYER, D. O. Mortalidade. In: SANTOS, J. L. F.; LEWY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SHANIN, T. Campesinato. In: OUTWHITE, W.; BOTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 54-57.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.